

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República

Segundo notícias divulgadas pela comunicação social, o Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, no passado mês de fevereiro, assinou um despacho em que atribui ao Banco Novo a isenção do pagamento dos custos associados ao registo de operações e à transferência massiva para a sua esfera de créditos imobiliários, ao consumo ou às empresas, resultantes do processo de resolução do BES.

Como foi noticiado, através de um despacho do passado dia 13 de abril, o Instituto dos Registos e do Notariado informa que foram desencadeados pelo Novo Banco procedimentos que abrangem atos de registo “de diversa natureza e em número muitíssimo elevado”.

Segundo a mesma notícia, em declarações do gabinete da Ministra de Estado e das Finanças fica esclarecido que “*O despacho em causa foi emitido nos termos e condições previstos no artigo 60.º do EBF, na sequência de requerimento apresentado pelo Novo Banco junto da Autoridade Tributária e Aduaneira, tendo sido precedido de informação devidamente sancionada pela AT*”.

Assim, nos termos constitucionais e regimentais, o Grupo Parlamentar do PCP vem requer ao Governo, através do Ministério das Finanças, a disponibilização, com caráter de urgência, de toda a documentação relativa ao referido processo de concessão de benefícios fiscais de 85 milhões de euros ao Novo Banco.

Palácio de São Bento, quinta-feira, 14 de Maio de 2015

Deputado(a)s

PAULO SÁ(PCP)